

Aos três dias do mês de outubro do ano dois mil e doze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Manuel Mesquita Domingues, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Jaime Manuel Palha Costa, Carina Isabel Moura da Conceição Luís e António Isidro das Neves Ferreira Marques. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Maria de Fátima Conde Búzio, Luís Filipe Dias Grácio e Carla Sofia Roma de Oliveira. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal: -----

José Maria Lopes Terra. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A senhora **Presidente da Assembleia**, declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse ao elemento convocado para substituir o deputado que solicitou ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Marisa Sofia Cordeiro Parreira, que substitui Mário Eugénio Filipe Duarte, da Coligação Democrática Unitária. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade da eleita e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte do novo membro, a senhora **Presidente da Assembleia** declarou-a investida nas funções. -----

Entrou-se de imediato no ponto número um da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO UM -----
PEDIDO DE ADESAO AO PAEL (PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL) -----

Pediu a palavra **Carlos Amaro:**” O que vamos hoje aqui votar é uma imoralidade.

A Câmara Municipal do Entroncamento vem ao abrigo do Programa de Apoio à Economia Local, contrair um empréstimo num regime excecional e transitório, de concessão de crédito aos municípios permitindo a execução de um plano de ajustamento financeiro, para a concretização de um cenário de equilíbrio e para a regularização do pagamento das dívidas dos municípios vencidas há mais de noventa dias. -----

Tem vindo o Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, em anteriores assembleias e no boletim municipal, transmitindo a ideia de que financeiramente o município estava bem e se recomendava. -----

A recomendação era e como há muito de previa e tem sido afirmada por esta bancada socialista, a insolvência deste município incapaz de fazer frente aos seus compromissos, isto é tão mau que não se explica num ponto só. -----

Desde logo a razão deste endividamento, o município enquanto órgão dinamizador da economia local, foi um dos que mais contribuiu para a sua estagnação ou até mesmo para o seu encerramento, a imoralidade é tal, que o município se financiou junto do pequeno comércio levando a que muitas empresas fossem declaradas insolventes e a que, muitas outras tenham hoje, por culpa da má gestão autárquica, graves problemas de tesouraria. -----

Perguntou eu, como é possível dever porcas e parafusos há tantos anos? -----

Haja decência, os senhores agarraram uma cidade viva e colocaram-na nos cuidados paliativos. -----

O investimento neste concelho tem sido sobretudo com recursos a financiamentos comunitários e a meu ver, posso dizer que até bem, mas acontece que esses investimentos ainda não estão pagos, se a política de taxas, águas, saneamento, serviços, derrama, entre outras, o IMI por exemplo, que o nosso município tem aplicado a taxa máxima tenho que perguntar? -----

Para aonde é que foi o dinheiro? -----

Se a obra que está feita e aquela que se está a fazer não está paga, se houve aumento na água, no saneamento, para valores nunca antes vistos, onde é que para o dinheiro? -----

Os senhores prejudicaram a economia local, e as consequências da adesão a este programa, estão cientes que vamos hipotecar durante os próximos catorze anos o desempenho dos futuros autarcas, no investimento, no apoio social, na manutenção dos equipamentos, na educação das nossas crianças, só posso pensar que nada disto importa para os senhores, então é aqui que se revê na expressão, as pessoas primeiro? -----

Têm os senhores deputados a coragem de votar a favor deste programa, ou fazem como os senhores da Assembleia da República, que na votação do Orçamento de Estado em que votam a favor, fecham os olhos às pessoas e depois desculpam-se com efeito carneirada. -----

Nesta bancada temos mantido uma posição desde há muito de redução da despesa, mas uma política em vão. -----

Assim, esta bancada neste ponto de ordem vai abster-se, pois mais uma vez temos que ser responsáveis apesar deste não ser o nosso orçamento, desta não ser a nossa gestão, temos de olhar para os empresários que há muito já tiveram de pagar o IVA, a fornecedores, salários e que estão há anos sem receber as suas faturas. -----

Assim, nós só podemos concluir que esta imoralidade resultou de uma má gestão.” -----

Prosseguiu **António Ferreira:**” O PAEL associado à Lei dos Compromissos e a outros atos legislativos, cozinhado nas costas dos autarcas, são parte do Memorando de Acordo firmado entre o Governo e a direção da Associação Nacional de Municípios Portugueses, à revelia do congresso e do conselho consultivo, e é um mau acordo para os Municípios porque, no essencial, são acolhidas todas as orientações do Governo PSD/CDS que visam, de facto, concretizar a contra-reforma para a liquidação do Poder Local Democrático através de instrumentos legislativos que anulam a autonomia económica, financeira, administrativa e até política do Poder Local Democrático. Na prática, abdicar das posições essenciais significa abdicar de direitos constitucionais, duramente obtidos ao longo de décadas de afirmação do municipalismo democrático e que, globalmente, levou a um enorme salto qualitativo na qualidade e condições de vida dos portugueses. -----

Demonstramos, de seguida, o que acabámos de afirmar: -----

Em primeiro lugar a direção da ANMP ao subscrever o PAEL e a Lei dos Compromissos, aplica na prática as conceções da troika estrangeira às autarquias – “querem dinheiro? Nós temos 1 mil milhões de euros”! -----

Estas posições de submissão da ANMP romperam a construção de consensos políticos que têm constituído a força desta associação e boa parte da sua razão de ser. Como se viu no último congresso extraordinário de Santarém as clivagens aprofundam-se no seio dos autarcas. -----

Em segundo lugar, o pomposamente denominado Programa de Apoio à Economia Local e, globalmente, uma falácia e uma operação de propaganda que deveria ser chamado, para ser correto, de Programa de Afundamento da Economia Local: -----

- Os 1.000 milhões de euros que o Governo vai “emprestar” aos Municípios, correspondem a parte dos 1.300 milhões de euros retirados nos últimos anos ao Poder Local e já têm destino definido: -----

- 1) Pagar parte de dívida a esses buracos há muito preparados que são os sistemas multimunicipais das Águas de Portugal, antecâmara da privatização; -----
- 2) Pagar dívida do Estado, por exemplo ADSE; -----
- 3) Pagar empréstimos bancários, nalguns casos agravando as condições, de modo a beneficiar e financiar, mais uma vez, os bancos. -----

- As condições, para os Municípios que forem obrigados ou voluntariamente adiram, são draconianas: taxas de juro superior à que o Estado paga, perda completa de autonomia para determinar impostos, taxas, tarifas e preços que subirão para os máximos legais, tutela financeira e administrativa por parte do Governo e de outros serviços da administração central, entre muitas outras. O incumprimento leva a uma espiral de medidas de perda de autonomia e de agravamento da vida das populações e dos fornecedores. -----

Quanto muito a economia local receberá valores residuais, restos do rateio, primeiro dos restos do programa I e só depois dos restos do programa II, dos 1 mil milhões para dívidas de mais de 10 mil milhões. -----

Estas são medidas sem impacto sequer na defesa do emprego, no investimento e na dinâmica económica. A população sofrerá, e muito, com a subida de todos os custos municipais a que está sujeita. Resultará o inverso do anunciado: mais dificuldades, maior afundamento da economia local! Menos riqueza gerada, menos receita....-----

Aos trabalhadores roubam-lhes os rendimentos, aos credores fazem-se promessas de pagamento de dívida impossível de realizar – é que o 1 mil milhões de euros destina-

se às prioridades do Governo programáticas dos credores estrangeiros e não às prioridades das câmaras como vamos ver quando da fase dos protocolos. -----

Em terceiro lugar, a aplicação da Lei dos Compromissos, tal e qual, leva à paralisação completa (num prazo de 4 a 8 meses) da generalidade dos Municípios mesmo os que estão em boa ou razoável situação económica e financeira e por arrasto ao incumprimento dos compromissos do PAEL. -----

Uma lei impraticável que nem as normas transitórias conseguem dar resposta. A lei prevê a penalizações dos Municípios incumpridores e a tutela do Ministério das Finanças para quem não tiver fundos disponíveis, ameaçando a paralisação da prestação de muitos serviços na generalidade dos Municípios. Assumir nestas condições o PAEL é puro desnorte e falta de visão. -----

Em quarto lugar. O Governo tem em marcha uma reavaliação geral dos prédios urbanos e aumento da cativação/consignação de receitas do IMI de 2% para 5% para o estado, a que acresce a consignação dos aumentos das receitas do IMI e o corte equivalente das transferências desses aumentos. -----

Em quinto lugar, em sede de Orçamento de Estado, os Municípios em 2013, vão ver mais uma parte das transferências cortadas como impunha o Memorando assinado com a troika. -----

Uma certeza final: -----

Quem vai sair a perder e muito, são as populações que vão sentir, no imediato, que à presente crise se vai somar mais “austeridade”, ainda mais crise. As expetativas finais dos credores dos municípios, agora acalmadas pela campanha de mentiras do PAEL, vão resultar em breve no desespero e nos protestos dos devedores nas sessões de câmara e de assembleia junto dos eleitos. Nós CDU, não damos para estas aldrabices. ---

Em concreto sobre o documento apresentado dizemos: -----

A CDU não aceita que se hipoteque mais uma vez o futuro do município, neste caso, por mais de 14 anos, advertimos o PSD aquando da tomada do poder no Entroncamento que lhes dávamos uma oportunidade de saneamento financeiro, esbanjaram a oportunidade, portanto, o Entroncamento necessita outro ciclo político; ---

A CDU votou anos a fio contra os orçamentos irresponsáveis de desequilíbrio financeiro e de esbanjamento de recursos, assumindo as suas responsabilidades; -----

A CDU não acredita nas previsões do Banco de Portugal (já desmentidas), que suportam a candidatura. Previsões baseadas em pressupostos de cenários completamente errados. Com estas políticas não há recuperação nem em 2013, nem em 2014, nem em 2015, nem nos próximos 20 anos. Quanto às previsões do INE, valem o que valem, esta instituição é especializada em registos e pouco mais.... -----

A CDU, como o documento diz, também acha que a evolução do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação no IRS são imprevisíveis tendo em conta a contínua destruição do aparelho produtivo e o desaparecimento do emprego e da restante atividade económica. -----

A CDU rejeita a maximização dos preços cobrados pelo município em tarifários insuportáveis, em agravamento da carga do IMI, em redução das competências por via da redução de pessoal e da destruição de serviços públicos essenciais à população. -----

A CDU alerta as populações e a generalidade dos fornecedores para o embuste e para a possibilidade dos fornecedores que não são contemplados pelo PAEL, na fase de protocolo, nunca mais o serem com a eminência da falência das autarquias que aderirem a este instrumento de liquidação financeira. -----

Os municípios apreçados na contratação do PAEL dão tiros no escuro, nos pés, ... e conscientemente ou inconscientemente fazem o jogo trapaceiro de um governo e de

uma Assembleia da República que nos rouba, nos mente e nos trai diariamente. Com o dinheiro dos municípios limpam as empresas a privatizar e fazem um foguetório com falsas expectativas.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “ Apesar da escassez de tempo disponibilizado pelo Governo para a elaboração do estudo económico-financeiro de enquadramento de proposta de adesão ao PAEL, convém, desde já esclarecer que o Bloco de Esquerda, quer deixar lavrado o seu protesto por ter tido tão pouco tempo para análise dos documentos. Foram-nos chegando faseadamente, entre o dia um e três, que convenhamos é manifestamente curto para um exame criterioso e fundamentado. Por aqui se vê quais os critérios a aplicar no tão badalado aumento das competências das Assembleias Municipais, com as alterações à lei das autarquias locais, propostas pela maioria PSD/CDS. -----

Algumas breves notas sobre o documento: -----

O Governo, que tem vindo a diminuir as transferências do Poder Central para as Autarquias, sucessivamente desde dois mil e quatro, (bem sabemos que começou com um Governo PS, mas vai mantendo com o atual), vem agora propor-nos um empréstimo, à taxa de 2,69% por catorze anos, sem garantia de sucesso, dado que o montante global para todas as autarquias é de mil milhões de euros e caso todos os pedidos de empréstimo ultrapassem o montante disponível, ficaremos sujeito a rateio. Mas desde logo “amarrados” às condições de empréstimo, que como é sabido colocam condições de limitação à autonomia das autarquias, condicionando a sua ação futura. ----

No nosso caso não serão das mais gravosas, caso sejamos cumpridores do processo de amortização, mas que não deixam de ser um verdadeiro espartilho, durante catorze anos, condicionando os executivos futuros, que assim vêm limitada a sua atividade, impedidos de livremente atuarem conforme os respetivos programas entretanto sufragados. -----

As medidas propostas são claras, e mais uma vez se vai ao bolso dos mesmo, a saber: -----

Passo a transcrever um documento que nos foi enviado: -----

Aumento da receita. -----

Maximização dos preços cobrados pelo município através da reapreciação dos tarifários -----

Abastecimento de água -----

Saneamento de águas residuais -----

Gestão de resíduos sólidos -----

Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município -----

Pressupõe-se que haverá aumento de outras taxas não referenciadas no documento. -----

Outras medidas com impacte no aumento da receita -----

IMI - Reavaliação dos imóveis urbanos -----

Redução da despesa -----

Redução de 5% em “aquisição de bens e serviços” à exceção de aquisição de água

Recursos humanos 3 por 1 -----

Outras medidas -----

Redução faseada de 5% ao ano nos primeiros cinco anos do Plano, de transferência para instituições sem fins lucrativos. -----

O caminho proposto é de facto pormenorizado, ou seja saneamento, água e recolha de lixo nas taxas máximas. -----

A proposta que aqui nos é apresentada é, de resto, muito detalhada: -----

- Saneamento, água e recolha de lixo nas taxas máximas, com aumentos mínimos garantidos. Significativamente, nem uma palavra sobre a redução do volume de perdas na rede de distribuição, necessidade que mais do que uma vez já apontamos; -----

- Aumento de todas as taxas nos primeiros cinco anos; -----

- Receita do IMI a crescer consecutivamente (Por aqui se vê que efetivamente o IMI, sempre permite aumentar a receita, não exponencialmente, conforme foi dito pelo PSD, na última assembleia, mas com um crescimento geométrico); -----

- Redução de pessoal nos serviços da câmara, com substituição na relação 3/1. Ou os serviços se vão degradar ou terão que ser desenvolvidos por terceiros. -----

- Corte progressivo de 25% (5% por ano, ao longo dos próximos 5 anos), nas transferências para as instituições concelhias sem fins lucrativos, mais dificuldades para o movimento associativo, que tão meritoriamente se tem substituído às instituições públicas; -----

- Algumas medidas positivas de redução de despesa não alteram a natureza deste quadro; -----

Também é verdade que este “empréstimo” permitirá todavia injetar alguma liquidez na economia local e resolverá provavelmente alguns problemas imediatos de tesouraria a pequenas empresas e a fornecedores locais. Mas esse é um alívio meramente ilusório, um autêntico “beijo da morte”, pois a contratação e o aperto que se lhes seguirão -- decorrente do plano de medidas propostas -- tornarão tudo ainda pior. --

O caminho terá que ser outro: -----

As autarquias têm de exigir o aumento das transferências do Orçamento de Estado e a reposição das verbas cortadas. Em conjunto e no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

Ou, no mínimo, a concessão de empréstimos, ao juro de 1% taxa a que o Estado o recebeu, mas sem as imposições gravíssimas e limitadoras da autonomia do poder local.

Neste quadro obviamente, que o Bloco de Esquerda não aprova esta operação.” ---

Referiu **José Baptista**: “ Fazendo uma análise clara e racional à documentação que nos foi enviada, documentação exaustiva, todos os senhores deputados a receberam e quero em primeiro lugar congratular os serviços pelo extraordinário documento que nos forneceram. -----

Na página trinta e sete, na explicação dos valores inscritos no quadro três, primeiro fala nas condições de contratualização do empréstimo 3 400 449,23 €, a primeira prestação a ser paga em dezembro de 2012, uma taxa de juro a 2,69% que resulta de uma taxa de 2,54% a 15 pontos percentuais somados que dá 2,69%. -----

São 3 400 449,23 € injetados de uma vez na economia local, mas a economia local que vive do seu comércio precisa que haja um investimento nele próprio e só posso achar estranho, que se venha aqui fazer o legítimo pagamento que as entidades têm direito e os senhores deputados nesta assembleia acham que não, a situação é difícil mas eles estão lá fora e vão continuar a penar, porque hoje há uma possibilidade de pagar, mas nós somos da oposição e achamos que isso não se deve fazer, é mais fácil ser da oposição, é mais fácil dizer que faz mal, é mais fácil dizer que não se deve fazer. ----

Portanto, quando passarem lá fora, ao pé daqueles a quem a Câmara Municipal tem contas para pagar, não se esqueçam de dizer às pessoas, que têm dinheiro a receber da Câmara podem receber ou não, mas por vontade da sua bancada não receberiam. ----

O documento que nos foi enviado, refere-se à explicação dos impactos de cada medida no plano e à redução da despesa, aliás o senhor deputado Luís Grácio já referiu em alguma monta, há uma redução da despesa que está prevista a 5% ao ano, sobre aquilo que é orçado para o ano anterior na rubrica de aquisição de bens e serviços. -----

Nessa rubrica há dois exemplos, um deles é o caso dos transportes em que desde 2007 a 2011 esta autarquia investiu 237 691,73 € em transportes urbanos e com a revisão que foi feita da rede, houve um ganho de 63% em relação àquilo que era gasto. –

Outra das questões que vêm elencadas, é a redução da iluminação pública em determinados locais onde não afetem as populações, vem neste mesmo documento uma estimativa de um ganho de 40%, onde se referem cerca de 120 000 €. -----

Isto é aquilo que os serviços do município estimam, não são os políticos. -----

Uma terceira nota que acho muito relevante que se refere à revisão dos contratos, como por exemplo contratos de novos seguros, em que está prevista uma redução de 43, 75%. -----

Também vem referido neste documento, este ano, houve já uma redução com o valor gasto e volto a referir, gasto não, investido e diz assim: No que respeita às atividades extracurriculares o Município obteve ganhos de 21,7% nas AEC's em Inglês e de 40,5% nas AEC's na Música e Apoio à Família. -----

Permitam-me que faça três notas explicativas antes de terminar: -----

O senhor deputado Carlos Amaro elenca que há uma má gestão, se for ver o que se passava nesta Câmara em dois mil e um, quando o PSD veio para o poder. -----

Sabe quanto é que foi o primeiro empréstimo que teve que ser feito para pagar dividas deixadas pela gestão socialista, foram três milhões de euros e agora o senhor deputado alega que há má gestão desta Câmara em quê, no uso de Fundos Comunitários, má gestão a arranjar infraestruturas para esta cidade que não as tinha, depois de termos andado anos e anos a gastar Fundos Comunitários e muitos deles sem sequer os utilizar, deixarem Fundos Comunitários para as outras Câmaras usarem, é isso que o senhor alega má gestão? -----

O senhor deputado António Ferreira, nós já tivemos esta conversa na última Assembleia, acha que o Governo tem este programa para apoiar as grandes empresas para as privatizar, o senhor acha quer o Governo português quer nacionalizar a empresa da Casa das Torneiras e dos Parafusos a quem o Município tem uma dívida? -----

Finalmente, ao senhor Deputado Luís Grácio, depois da explicação que fez notoriamente de uma leitura cuidada do documento, isso é de referir, no caso do incumprimento serão cobrados juros à taxa de 2%.” -----

Luís Grácio referiu: “ Estamos a falar da realidade que se vive no nosso concelho.

Do empréstimo de 3 400 449,23 € que de facto, ultrapassa em 400 mil euros o empréstimo anterior contraído para o mesmo efeito, o saneamento financeiro, permitiu na altura em que o PSD ficou com os destinos do concelho, liquidar as dívidas anteriores e estabelecer o equilíbrio financeiro. -----

De facto este valor, já aqui foi referido, há obra feita, ninguém está contra a obra feita, penso eu, o Bloco de Esquerda votou favoravelmente alguns orçamentos e desfavoravelmente outros nomeadamente os últimos, mas todavia, o que se passa de facto, é que este programa é um programa de apoio à economia local significa que, vamos pagar dívidas de curto prazo, dívidas que a maior parte delas não tem a ver com investimento, tem a ver com despesas correntes. -----

As despesas de investimento estão cobertas por um processo de amortização a longo prazo e portanto, não entram nesta conversa, essa dívida mantêm-se. -----

Esta dívida é decorrente de orçamentos que foram votados e propostos pelo PSD, que contraiu esta dívida é a maioria que está na Câmara, é da responsabilidade de todos, mas ela, fundamentalmente do ponto de vista da condução política, é do PSD. -----

Penso que com estes esclarecimentos talvez ficamos um pouco mais claros.” -----

Prosseguiu **António Ferreira:**” O pagamento às pequenas empresas aquando do protocolo que a Câmara Municipal vai assinar com o Governo, porque isto é a primeira fase, aquando isso, se eu não tiver razão, eu dou a mão à palmatória, eu não me esqueço qual é o programa do Governo PSD/CDS e qual seria o programa do Governo PS se lá estivesse, era o mesmo do PSD/CDS. -----

Em relação à nacionalização da Casa dos Parafusos, se calhar no futuro, seria a salvação da Casa dos Parafusos porque o dinheiro não vai chegar para todos, engana-se quem pense que o dinheiro vai chegar para todos. -----

A Câmara Municipal do Entroncamento tem capacidade e meios suficientes para fugir a este embuste que é o PAEL, a sua situação financeira permite isso. -----

Das trinta Câmaras da CDU, só duas ou três é que estão em risco de aderir ao PAEL por imposições da lei. -----

Em relação à entrega dos documentos, quero dizer que os documentos foram-nos entregue e que não os vi todos, não tive tempo, vi o essencial, vi o resumo, o documento pareceu-me que é um documento muito bom em termos do nosso trabalho futuro na Assembleia e Câmara Municipal do Entroncamento, tem dados que se calhar até agora não foram compilados da forma como estão e portanto, dou os parabéns aos técnicos da Câmara salvaguardando isto, as posições políticas somo nós que as tomamos, o tratamento técnico da informação são os funcionários da Câmara, a responsabilidade da aprovação do documento é nossa. -----

Ainda em relação à questão das pequenas empresas, é muito provável que na fase do rateamento e na fase dos contratos, nós vamos verificar que estas pequenas empresas da Casa dos Parafusos e outras do mesmo género não estejam, e o problema vai ser a seguir é cumprir com aquilo que foi dito aqui, o serviço da dívida da que temos neste momento e vamos que a ter de cumprir rigorosamente, senão não há pagamento nenhum para estes pagamentos em atraso.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu:“ Para além dos comentários mais direccionados para fora do Entroncamento, permitam-me dizer-vos que aquilo que nos preocupa aqui e acima de tudo subscrevo integralmente essa preocupação, são as condições de apoio ou de cumprimento perante os nossos munícipes e os nossos fornecedores e sendo esta uma oportunidade para aliviar as dificuldades, o tal balão que a economia local precisa, não posso deixar de agradecer aos funcionários do município o trabalho acrescido que tiveram para conseguir preparar a documentação minimamente a tempo para estarmos aqui hoje e lamentar que algumas pessoas possam não ter recebido os documentos em tempo, o meu mail chegou-me na segunda-feira às 15 horas, sei que há alguma dificuldade na remessa dos documentos.” -----

Passou-se de seguida à votação do ponto número um. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um, “ **Pedido de Adesão ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local)**, foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, cinco votos contra, sendo três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e seis abstenções do Partido Socialista. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1º E 2º GRAUS -----

Pediu a palavra **Manuel Domingues:** “ Em relação a este documento temos algumas dúvidas. -----

É fundamental fazermos esforços para que a herança não seja de facto dívidas, a Câmara Municipal não tem dívidas, tem acordos de pagamento que é totalmente diferente, e que nunca falhou desde o dia que cheguei a esta casa. -----

Estou cá há onze anos e há onze anos que andamos a pagar empréstimos do passado e não renego nada disso, quando cheguei aqui vim para o bem e para o mal. ----

Concorro sempre a todas as verbas quando é possível, ainda agora para o Jardim Parque, uma sede para jovens escoteiros, não havia de concorrer a 85%, com esforço de tesouraria. -----

Sobre o IMI que vai aumentar, vai aumentar porque vai cair muita isenção. -----

Deixo-lhe esse repto, para dizer qual é que foi a empresa que foi à insolvência porque a Câmara Municipal do Entroncamento não pagou.” -----

Nada mais havendo a tratar, a senhora **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinco minutos. -----

A presente ata, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária: